História Contemporânea I

Lenalda Andrade Santos

São Cristóvão/SE
2015

Sumário

Aula 1

INTRODUÇÃO À HISTÓRIA DO SÉCULO XIX

META

Indicar, em linhas gerais, acontecimentos que marcaram de forma significativa a história da Europa Ocidental no século XIX, e que serão analisados no decorrer do curso

OBJETIVOS

Ao final desta aula, o aluno deverá:

Analisar o tema da periodização histórica, tomando como referência o século XIX;

Discutir a aplicação do conceito de História Contemporânea ao referido período;

Identificar fatos políticos, econômicos e sociais que relacionam a formação do mundo contemporâneo ao surgimento de uma História Mundial.

Lenalda Andrade Santos

INTRODUÇÃO

Caros Alunos, o título proposto para nossa primeira aula – *Introdução à História do século XIX* – explicita o tema central do caderno dos estudos que preparamos para vocês: uma *História do século XIX*, período aqui considerado como introdutório à História do mundo contemporâneo.

Contemporâneo é uma expressão usada para designar o "que é do mesmo tempo, que vive na mesma época (particularmente a época em que vivemos)", segundo o dicionário de Aurélio Ferreira. Na periodização tradicionalmente adotada, que divide a história nas Idades Antiga, Média, Moderna e Contemporânea, o início da Revolução Francesa, em 1789, delimita a passagem da Idade Moderna para a Contemporânea, a qual se estenderia até os dias atuais.

"O século XIX, tal como os historiadores o delimitam, ou seja, o período compreendido entre o fim das guerras napoleônicas e o início do primeiro conflito mundial – uma centena de anos que se situam entre o Congresso de Viena e a crise do verão de 1914 – é um dos séculos mais complexos, mais cheios que existem". (RÉMOND, 1974, p. 13). Foi o século das revoluções burguesas. Tem, portanto, a marca dos movimentos em defesa do liberalismo, da democracia, das nacionalidades. Foi também o século da consolidação da indústria e dos movimentos operários, do sindicalismo e do socialismo. A evolução do papel do Estado e o entrelaçamento da Europa com outras partes do mundo, configurando o surgimento da História Mundial, são eventos do período ocorrido entre as primeiras décadas do século XIX e as primeiras do século XX.

PERIODIZAÇÃO DA HISTÓRIA

No capítulo de abertura do livro *Introdução à História Contemporânea*, G Barraclough analisa a natureza do período que situa entre os anos imediatamente anteriores e posteriores a 1890. Foi nessa época que, segundo o autor, "a maioria dos acontecimentos que distinguem a História "contemporânea" da "moderna" começaram a ficar visíveis pela primeira vez".

Embora reconheça nele um distinto período do tempo, com características próprias que o diferenciam do precedente, Barraclough adverte quanto aos riscos da periodização e sugere cautela aos historiadores, quando se trata de estabelecer limites, fronteiras, fixar datas precisas na história das sociedades. "Todas as espécies de coisas perduram de um para outro período (...) e não esperemos atribuir datas fixas e mudanças que, em última análise, são apenas alterações no equilíbrio e na perspectiva" (p. 14/15).

A História contemporânea começa quando os problemas que são reais no mundo atual tomaram, pela primeira vez, uma forma visível; começa com as mudanças que nos habilitam, ou melhor, que nos compelem a dizer

que entramos em uma nova era... Antes de terminar o século XIX novas forças estavam produzindo mudanças fundamentais em praticamente todos os níveis da existência e em praticamente todas as regiões do mundo habitado... (Barraclough, 1966, p. 25/26).

Para o estudo do século XIX, entendido aqui como um período de introdução à idade contemporânea, adotamos recorte de René Rémond. O seu estudo sobre o século XIX, publicado em livro que trata da introdução à história de nosso tempo, situa entre 1815, datado Congresso de Viena, e 1914, início da Primeira Guerra Mundial, os marcos limitadores da Introdução à História Contemporânea. Em texto reproduzido abaixo, o autor define as linhas gerais da análise que faz do período.

UM SÉCULO DE REVOLUÇÕES

“Sem esquecer que as relações que a Europa mantém com o resto do mundo, entre 1814 e 1914, são dominadas por sua expansão e suas tentativas de domínio do globo, o traço mais evidente é a frequência de choques revolucionários. Esse século, por direito, pode ser chamado o século das revoluções, porque nenhum - até agora – foi tão fértil em levantes, insurreições, guerras civis, ora vitoriosas, ora esmagadas. Essas revoluções têm como pontos comuns o fato de quase todas serem dirigidas contra a ordem estabelecida (regime político, ordem social, às vezes, domínio estrangeiro), quase todas feitas em favor da liberdade, da democracia política ou social, da independência ou unidades nacionais. É esse o sentido profundo da efervescência que se manifesta continuamente na superfície da Europa, a que não ficou imune nenhuma parte do continente: tanto a Irlanda como a península ibérica, os Balcãs como a França, a Europa Central e a Rússia, foram afetadas por essa agitação uma ou mais vezes.

Essa agitação revolucionária, a princípio, apresenta-se como um contragolpe à revolução de 1789; basta examinar as palavras de ordem, perscrutar-lhes os princípios para captar-lhes a analogia. Contudo, todos esses movimentos revolucionários não se reduzem – talvez nenhum se reduza de modo total – a sequelas da Revolução de 1789. À medida que o século se aproxima do fim, outras características se afirmam, passando pouco a pouco à frente da herança da Revolução Francesa.

Novos fenômenos, estranhos à história da França revolucionária, tomam um lugar crescente, colocam problemas novos, suscitam movimentos inéditos. É o caso da revolução industrial geradora do movimento operário, do impulso sindical, das escolas socialistas. Surge um novo tipo de revolução, na segunda metade do século XIX, que não se pode reduzir à repetição pura e simples dos movimentos revolucionários originados da posteridade de 1789.

QUATRO GRANDES VAGAS

Pode-se introduzir alguma claridade no elevado número desses acontecimentos distinguindo diversas vagas sucessivas.

1.Uma primeira vaga é composta dos movimentos liberais que se produzem em nome da liberdade, contra as sobrevivências ou os retornos ofensivos do Antigo Regime. É o caso da vaga insurrecional de 1830, na Europa Ocidental principalmente.

2. Uma segunda vaga é constituída pelas revoluções propriamente democráticas.

Voltarei a falar sem pressa sobre a diferença de natureza entre as revoluções liberais e as revoluções democráticas; a distinção é fundamental e sua compreensão exige um esforço de imaginação, porque, nos meados do século XX, as palavras *liberal* e *democrático* não estão longe de se tornarem sinônimas (falamos corretamente das democracias liberais)... Os contemporâneos eram mais sensíveis ao que diferencia, e mesmo opõe, o liberalismo à democracia e, por volta de 1830 ou 1850, as duas ideologias são até inimigas irreconciliáveis: a democracia é o sufrágio universal, o governo do povo, enquanto que o liberalismo é o governo de uma elite.

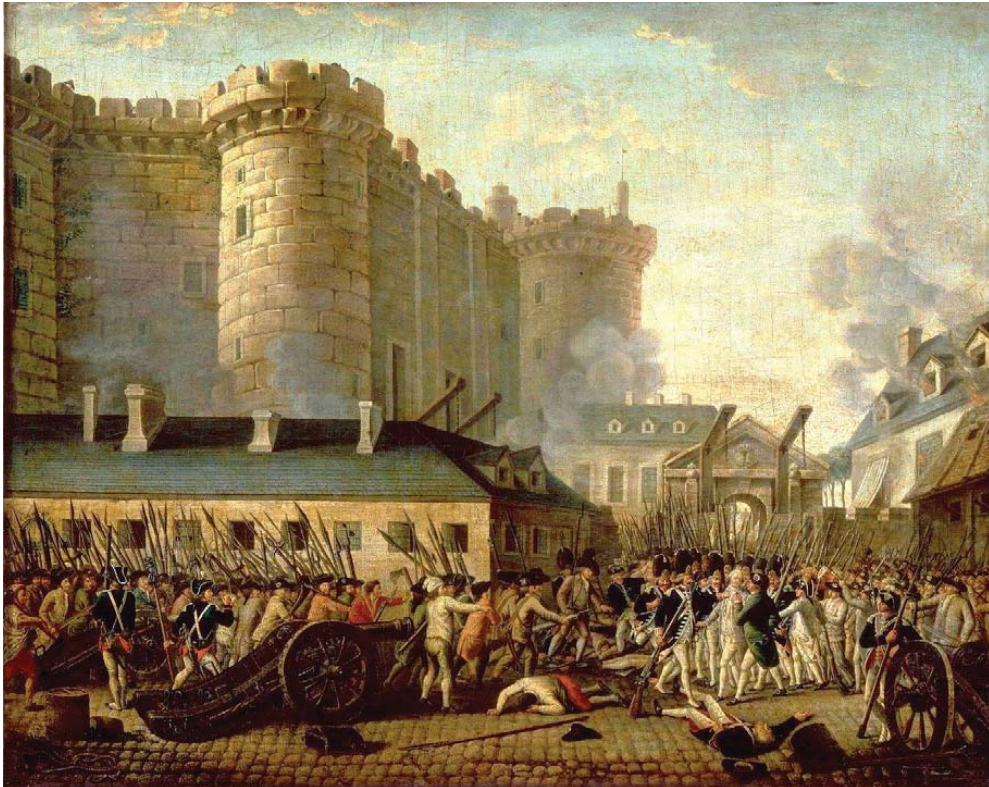
3. Uma terceira vaga de movimentos reivindica uma inspiração diferente: estes são os movimentos sociais que proporcionam às escolas socialistas seu programa e sua justificação. Antes de 1914, esses movimentos ainda são minoritários, e tomaremos o cuidado de não antecipá-los, não exagerando assim a importância que porventura tenham.

4. Enfim, o movimento das nacionalidades, que não se segue cronologicamente aos três precedentes, mas corre por todo o século XIX, constitui o último tipo de movimento. Ele procede da herança da Revolução, como vimos ao enumerar as consequências da Revolução sobre a ideia de nacionalidade; ele também é contemporâneo tanto dos movimentos liberais como das revoluções democráticas, e mesmo das revoluções sociais, e mantém com essas correntes relações complexas, cambiantes, ambíguas, sendo ora aliado, ora adversário dos movimentos liberais, ou das revoluções democráticas e socialistas.

Eis, reduzida à sua anatomia, a história do século XIX, dominada por essas quatro forças distintas, essas quatro correntes que ora se sucedem e ora se combatem, embora todas entrem em conflito com a ordem estabelecida, com os princípios oficiais, as instituições legais, as ideias no poder, as classes dirigentes, o domínio estrangeiro.

É o conflito entre essas forças de renovação e os poderes estabelecidos que compõe a história do século XIX, que explica a violência e a frequência dos choques. Esse confronto entre as forças de conservação, política, intelectual, social, e as forças de contestação fornece a chave da maior parte dos acontecimentos da história, tanto nacional quanto europeia que, quase sempre, chegam às vias de fato, por que é excepcional que esse confronto

se desenrole pacificamente pela aplicação de disposições previstas pela constituição: isso não se aplica à Grã-Bretanha e à Europa do Norte ou do Oeste, aos países escandinavos ou neerlandeses, Em todos os outros lugares o conflito é resolvido pelo recurso às soluções mais radicais, pelo uso da violência.

Os termos do confronto variam de acordo com o momento e de acordo com o país. Convém, portanto, passar do quadro geral para o exame das situações particulares".(RÈMOND, 1974, p. 13/15).

Tomada da Bastilha, a 14 de julho de 1789 (*Grandes Personagens da História Universal*, vol. IV, 1972, p. 814/815).

AS REVOLUÇÕES BURGUESAS

"O estudo das Revoluções Burguesas nos remete, inicialmente, à discussão acerca da natureza e do caráter das mesmas. Na realidade, não se trata de revoluções conscientemente planejadas, dirigidas e executadas pela burguesia. Na maioria das vezes, a burguesia demonstrou um caráter reformista e não-revolucionário, tendendo, inclusive, à conciliação com setores da própria classe dominante.

Se analisarmos as duas revoluções burguesas consideradas como modelos clássicos (...) – a Revolução Inglesa de 1640 e a Revolução Francesa de 1789 - o que chama a atenção é o fato de que não foi a burguesia a classe que conduziu o movimento à vitória final. Esta

observação não invalida o caráter revolucionário da burguesia nesses movimentos. Em ambos, nos momentos em que a contrarrevolução é mais ativa, não foi a burguesia que garantiu a continuidade dos processos revolucionários. Foram as massas camponesas e urbanas, sobretudo através de seus setores mais radicais (os *levellers* e *diggers*, na Inglaterra e os *sans-culottes* na França), que liquidaram com as possibilidades de retorno à antiga ordem e até mesmo ultrapassaram os limites propostos pela burguesia.

As revoluções burguesas assistiram, pois, à gestação de revoluções populares que prenunciaram a ação revolucionária posterior do proletariado. Assim, se elas não são exclusivamente burguesas, elas são, na realidade, essencialmente burguesas.

Ao liquidar com a antiga ordem feudal-absolutista, elas destravaram o avanço das forças produtivas capitalistas. Como observou Christopher Hill: "o que eu penso entender por uma revolução burguesa não é uma revolução na qual a burguesia faz a luta – eles nunca fizeram nenhuma revolução – mas uma revolução cuja ocorrência limpa o terreno para o capitalismo". (Marques, Berutti e Faria, 1990, p. 09).

Congresso de Viena, xilogravura de c. 1850 a partir de gravura de Jean-Baptiste Isabey.(Costa e Mello, 2008, p. 346).

O CONGRESSO DE VIENA

"Na primeira fase do século XIX, quatro correntes formavam o quadro político do continente europeu: o liberalismo, o democratismo, o socialismo e o conservadorismo, que correspondiam às principais classes existentes na

época. As três primeiras correntes tiveram sua origem no iluminismo. Isso mostra os diversos desdobramentos que esse movimento teve.

O liberalismo correspondia à ideologia da burguesia em ascensão e difundiu-se pela Europa com a Revolução Francesa. Seus principais postulados eram a liberdade individual, o governo constitucional e liberdade econômica. O democratismo defendia os interesses das camadas médias e lutava pelo voto universal e pelo regime republicano. O socialismo, que carregava os anseios da nascente classe operária, ensaiava seus primeiros passos e era ainda meramente utópico, sendo uma etapa do processo para se chegar a uma sociedade comunista, na qual não há propriedade privada. O conservadorismo defendia os interesses da nobreza que estava em crise. Defensora do absolutismo monárquico e do dogmatismo religioso, essa ideologia cimentou a aliança entre "o altar e o trono", cujos alicerces eram o clero e a nobreza.

A vitória dos exércitos das potências europeias sobre os franceses representou um triunfo do conservadorismo, que se opunha às demais correntes, da restauração sobre a revolução e da nobreza sobre a burguesia. Em 1814, após a derrota de Napoleão na Batalha de Leipzig (também conhecida como Batalha das Nações), as potências vitoriosas realizaram, na capital do Império Austríaco, uma conferência internacional, conhecida como Congresso de Viena. Essa conferência foi concluída em 1815, depois da derrota de Napoleão na Batalha de Waterloo. O Congresso foi uma reação às ideias liberais defendidas pela Revolução Francesa. Seu objetivo era restabelecer a situação vigente, da Grande Revolução, ou seja, a restauração do Antigo Regime.

Nas diversas sessões realizadas, as decisões mais importantes foram tomadas pelo Comitê dos Quatro, formada por Grã-Bretanha, Áustria, Prússia e Rússia. Entre os participantes do Congresso de Viena, estavam as mais destacadas figuras do conservadorismo europeu: o czar Alexandre I da Rússia, lorde Castlereagh da Grã-Bretanha, Talleyrand da França e o príncipe Metternich, chanceler da Áustria, que foi seu principal articulador.

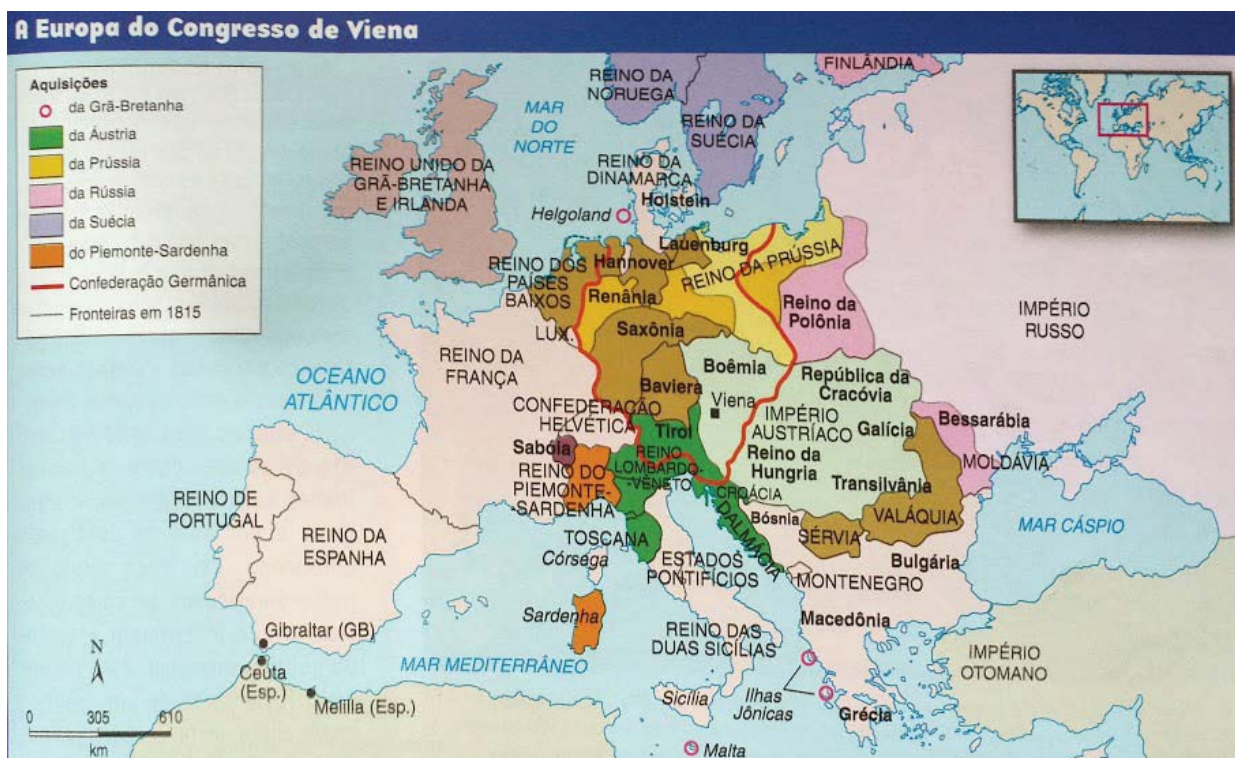
As negociações entre os monarcas, diplomatas e embaixadores basearam-se em três princípios políticos:

- a restauração do absolutismo monárquico ou Antigo Regime;
- a legitimidade das antigas dinastias que haviam sido depostas durante as guerras napoleônicas e que se pretendia restabelecer nos tronos dos países europeus;
- o equilíbrio europeu, que visava congelar a velha ordem restaurada, bem como preservar a paz na Europa com a manutenção de uma equivalência de forças entre as grandes potências.

As decisões do Congresso de Viena, firmadas na ata de 1815, restabeleciam o equilíbrio de forças entre as potências europeias por meio de uma política de compensações territoriais. Os britânicos consolidaram sua supremacia naval, retendo as possessões conquistadas no além-mar durante a guerra contra a França napoleônica, entre as quais as ilhas de Malta, Trinidad e Tobago e Santa Lúcia. O governo da Áustria cedeu a atual Bélgica e Luxemburgo ao reino dos Países Baixos, mas recebeu em troca parte da Polônia e as regiões de

Lombardia e Vêneto, que lhe asseguravam a supremacia na Península Itálica. A expansão territorial da Prússia dobrou, incorporando parte da Polônia, Pomerânia e da Saxônia. A Rússia anexou a outra parte da Polônia, a Finlândia e a Bessarábia. A França, mesmo derrotada, preservou a sua integridade territorial mantendo as fronteiras de 1792. Os atuais territórios da Alemanha e da Itália permaneceram divididos e submetidos à hegemonia austríaca.

Com a aplicação do princípio da legitimidade, as antigas dinastias foram restauradas nos tronos europeus: os Bourbon retornaram aos reinos da França, da Espanha e de Nápoles; a dinastia Saboia foi recolocada no reino do Piemonte; os Bragança voltaram a governar Portugal e a dinastia *Orange* regressou aos Países Baixos. O papa foi restabelecido nos Estados Pontifícios". (Costa e Mello, 2008, p. 346/347).

No estudo sobre o período que classifica como de *Introdução à história de nosso tempo*, e que situa entre 1815 e 1914, Rémonda nalisa temas relacionados ao ambiente político, econômico, social e cultural da Europa do século XIX. Restauração, liberalismo, democracia, papel do Estado, movimento operário, sindicalismo e socialismo, as sociedades rurais, o crescimento das cidades e a urbanização, o movimento das nacionalidades, religião e sociedade e as relações entre a Europa e o mundo, compõem a temática abordada. Dela, selecionamos trechos reproduzidos a seguir. Sugerimos, no entanto, leitura completa da obra.

As fronteiras europeias em 1815 (Costa e Mello, 2008, p. 347).

A EUROPA EM 1815

Restauração

"Restauração é o nome do regime estabelecido na França durante quinze anos, de 1815 a 1830, mas essa denominação convém a toda a Europa. Ela é múltipla e se aplica a todos os aspectos da vida social e política.

Trata-se, antes de mais nada, de uma restauração dinástica - Os soberanos do Antigo Regime venceram Napoleão, em quem eles viam o herdeiro da Revolução, e a escolha de Viena para a realização do Congresso, para sede de todos os Estados europeus, é simbólica, pois Viena era das únicas cidades que não haviam sido sacudidas pela Revolução e a dinastia dos Habsburgos era o símbolo da ordem tradicional, da Contra-Reforma, do Antigo Regime.

Na França, pela aplicação da ordem de sucessão ao trono, Luís XVIII sucede Luís XVI. O mesmo acontece em outros países onde os soberanos destronados – uns pela Revolução, os outros por Napoleão – tornam a subir em seus tronos: os Bourbons em Nápoles e na Espanha; os Braganças voltaram para Portugal, depois de alguns anos de exílio; a dinastia de *Orange* nos Países Baixos.

Trata-se deuma restauração do princípio monárquico - A essa restauração das pessoas e das famílias junta-se a restauração do espírito monárquico. Na nova Europa, não se fala mais em República; o princípio da legitimidade Monárquica triunfa soberano. Essa legitimidade é que é propalada pelos doutrinadores da Restauração (...)

Não se começa a falar de legitimidade senão quando ela é contestada; antes de 1789, tudo ia bem, não havia necessidade alguma de justificar a monarquia, mas em 1815, após a experiência revolucionária, os regimes e seus doutrinadores sentem a necessidade de teorizar a respeito.

A legitimidade reside no valor reconhecido da perenidade. É legítimo o regime que dura, que representa a tradição, que tem atrás de si uma longa história. A legitimidade é essencialmente histórica e tradicionalista...

Durante todo o transcorrer do século XIX, o princípio de legitimidade irá subentender o pensamento contrarrevolucionário, a política dos regimes conservadores e os esforços de certas escolas políticas para restaurar, em oposição ao movimento da história, as instituições herdadas do Antigo Regime. Esta é uma noção capital para o pensamento e as relações políticas. (...)

A IDEOLOGIA DO LIBERALISMO

O movimento liberal é a primeira onda de movimentos que se desencadeia sobre o que subsiste do Antigo Regime, ou sobre o que acaba de ser restaurado em 1815. O qualificativo "liberal" é o que melhor lhe convém porque caracteriza a ideia-mestra, a chave da abóboda da arquitetura intelectual de todos esses movimentos.

O liberalismo é um dos grandes fatos do século XIX, século que ele domina por inteiro e não apenas no período onde todos os movimentos alardeiam explicitamente a filosofia liberal. Muito depois de 1848 ainda encontraremos grande número de políticos, de filósofos, cujo pensamento é marcado pelo liberalismo....

Em todos os países existe, entre todas as formas de liberalismo, um parentesco certo, que se traduz, até nas relações concretas, numa espécie de internacional liberal, de que fazem parte os movimentos, os homens que combatem em favor do liberalismo. Essa internacional liberal é diferente das internacionais operárias e socialistas da segunda metade do século, pelo fato de não comportar instituições. Se não existe um organismo internacional, nem por isso deixa de haver intercâmbio e relações...

Esse internacionalismo liberal é o precursor do internacionalismo socialista, mas é também o herdeiro do cosmopolitismo intelectual do século XVIII. A diferença está em que no século XVIII o cosmopolitismo encontra-se entre os príncipes, os salões, a aristocracia, enquanto no século XIX ele conquista as camadas sociais mais populares, e encontra-se entre os soldados, os revoltosos. (...)

A ERA DA DEMOCRACIA

O movimento democrático, por sua vez, irá transformar as instituições políticas e a ordem social das sociedades liberais.

Como para o liberalismo, definiremos primeiro a ideia, depois a sociedade democrática; relembraremos as peripécias do movimento democrático e, para finalizar, analisaremos os resultados e as características das sociedades saídas desse movimento, que se define, em sua origem, como uma força de transformação revolucionária.

A IDEIA DEMOCRÁTICA

Não trata de definir a democracia em si mesma, como uma essência intemporal, independente dos lugares e dos tempos, mas de defini-la no contexto da primeira metade do século XIX, quando ela se define como oposição ao Antigo Regime, e mais ainda como negação ou como um movimento que vai além do liberalismo...

Para definir a democracia no século XIX é conveniente conjugar as duas abordagens usadas para o liberalismo: a abordagem ideológica e a abordagem sociológica ou, se preferir, os princípios e as bases sociais, as forças sobre as quais se apoia a ideia democrática.

A ideia democrática mantém com o liberalismo relações complexas. É assim que ela retoma toda a herança das liberdades públicas, que o liberalismo havia sido o primeiro a inscrever nos textos. Longe de voltar

atrás no que respeita às suas aquisições, ela as afirma, e irá dar-lhes até maior amplitude. É desse modo que a democracia constitui um prolongamento da ideia liberal. Esse é o motivo pelo qual, hoje, somos muitas vezes tentados a não ver na democracia mais do que o desenvolvimento da ideia liberal, enquanto no século XIX ela se mostra sobretudo desligada da ordem e da sociedade do liberalismo: com efeito, em 1840 ou em 1860, os democratas contestam e até combatem essa ordem. (...).

A EVOLUÇÃO DO PAPEL DO ESTADO

O Estado também tem uma história. Com isso, entendemos que seu papel e seu lugar na sociedade não são fixados de uma vez por todas: a evolução de suas funções constituiu até um dos dados maiores da história dos dois últimos séculos. Também a ideia do que deveria ser de sua responsabilidade e de como ele deveria intervir variou substancialmente de um século ou de um século e meio para cá. Desse modo, faltaria uma dimensão capital a nosso estudo se ele deixasse de descrever e de explicar essa evolução...

A SITUAÇÃO EM 1815

Situemo-nos no início da Restauração. Ela se define no ponto de junção de dois fenômenos pertencentes a ordens de realidade distintas e que desenvolveram efeitos aparentemente contrários: o movimento das ideias e a prática das instituições.

1. O primeiro é totalmente dominado pela desconfiança em relação ao poder. As teorias da maior parte dos filósofos políticos, as aspirações do espírito público, a inspiração primeira da Revolução Francesa, admiração pelo modelo britânico e pelo governo americano concorrem para a emancipação da iniciativa privada e trabalham obstinadamente pelo relaxamento da atividade governamental. A lógica do movimento tem como consequência a restrição do campo de intervenção do poder público e a instauração do controle permanente dos governados sobre a ação dos governantes, por intermédio dos representantes eleitos. A separação dos poderes, o cuidado que se tem para assegurar-lhes o equilíbrio e a neutralidade de fato procedem dessa vontade de reduzir o domínio e o poder do Estado.

2. Mas, ao mesmo tempo, ou quase, por uma consequência não deliberada, mas inelutável, da Revolução, o poder sai com mais força da tormenta: fazendo tábua rasa do passado e de suas instituições, a Revolução, na verdade, trabalhou para ele: ela desobstruiu o terreno de todos os obstáculos que lhe embaraçavam a marcha e lhe serviam de entrave à ação. O despotismo napoleônico talvez não difira muito, em sua inspiração e ambições, do despotismo esclarecido ou do absolutismo monárquico; mas

ele está incomparavelmente mais bem armado para atingir seus desígnios. Dispõe, a partir de uma administração uniforme e centralizada, dos meios que seus predecessores careciam. Dessas duas tendências opostas, qual dirá a última palavra? (...)

MOVIMENTO OPERÁRIO, SINDICALISMO E SOCIALISMO

Depois do movimento liberal, que provocou a evolução política e social da Europa e definiu uma forma de regime e um tipo de sociedade, depois da ideia democrática, cujos prolongamentos e aplicações estivemos considerando, abordamos a fase que se diz socialista.

A ideia liberal corresponde, mais ou menos, à primeira metade do século XIX. A *belle époque* da democracia começa por volta de 1848 e se prolonga pelo menos até depois da Primeira Guerra Mundial. A onda socialista surge mais tarde ainda, e não se manifesta senão no último quartel do século. Trata-se, portanto, de uma ordem de sucessão que coincide com a ordem lógica.

Dos três movimentos sucessivos, é o último, por certo, que exige um confronto permanente da história política e da história social, pois, em relação ao movimento operário e ao socialismo, o político e o social interferem de modo mais íntimo. A realidade que iremos examinar pertence ao mesmo tempo à história dos movimentos políticos e à história da sociedade. A realidade que iremos examinar pertence ao mesmo tempo à história dos movimentos políticos e à história da sociedade...

Enquanto podíamos estudar o liberalismo e a democracia de dois pontos de vistas diferentes, o das ideias e o das bases sociais, da clientela, pontos de vistas que, ambos focalizam a realidade considerada das representações distintas e complementares quando se trata do socialismo, a abordagem sociológica se impõe de forma imperiosa.

O primeiro dado, com efeito, é o encontro ocorrido no século XIX entre duas realidades de natureza diferente: entre o socialismo, de um lado, doutrina de vida política e social, que cria escolas, organizações, partidos, visando a uma ação de transformação política que decorre da chamada história política e, de outro lado, um fenômeno que interessa essencialmente à história da sociedade, a formação de uma categoria social, a classe operária, que se organiza em movimento para a defesa de seus interesses e a satisfação de suas reivindicações profissionais. (...)

AS SOCIEDADES RURAIS

A importância do mundo da terra

Depois da condição dos proletários e da formação do movimento operário, parece indispensável evocar, embora brevemente, outro aspecto das

sociedades do século XIX, e também do século XX; o mundo da terra, as sociedades rurais, mesmo que fosse apenas para situar o movimento operário. Se não colocarmos a classe operária, e seus problemas, numa perspectiva de conjunto, será impossível medir-lhe a relativa importância. Muitas vezes somos levados a subestimá-la, porque nos esquecemos de que no século XIX todas as sociedades, sem exceção, ainda acusam uma predominância rural. Nossa história inclina-se a exagerar a importância do fenômeno urbano, da população das cidades e das questões sociais ligadas à industrialização, esquecendo-se dos problemas e da situação dos homens do campo.

Vários motivos concorrem para essa omissão. Primeiro, o fato de os camponeses quase não falarem de si próprios e de escreverem menos ainda (no século XIX, é nos campos que a taxa de analfabetismo é mais elevada). Por outro lado, vivendo longe das cidades, onde os parlamentares deliberam, onde tem sede os governos, a gente do campo quase não pesa no curso da história, que é traçado nas cidades...

Enfim, o mundo da terra, pelo menos até o século XX, quase não evolui, ou o faz tão lentamente que as mudanças são imperceptíveis, ou passam despercebidas aos contemporâneos. Trata-se de uma história intemporal. A condição do camponês quase não evoluiu desde a Idade Média, ou mesmo desde a Antiguidade. Ele continua a trabalhar a terra com os mesmos instrumentos, o arado, no sudoeste da França. Sem nenhum avanço técnico, nenhuma transformação das estruturas, é difícil observar e descrever uma história desprovida de referências cronológicas. (...)

O CRESCIMENTO DAS CIDADES E A URBANIZAÇÃO

Tanto como a divisão entre ricos e pobres ou a separação entre capitalistas e trabalhadores, a distinção entre população rural e urbana é uma das linhas divisórias decisivas da humanidade; ela diferencia gêneros de *habitats*, tipos de relações entre pessoas e grupos, modos de vida. Distinção, na espécie, não significa separação total: entre cidade e campo, existem trocas e intercâmbio de produtos, de ideias, de população...

A cidade não constitui um acontecimento novo, nem uma nova característica, original, do mundo contemporâneo. Cidades sempre existiram: a existência delas é provavelmente tão antiga, se não tanto quanto a existência do homem, pelo menos tanto quanto a existência de sociedades organizadas, contemporâneas do nascimento dos grupos humanos que ultrapassam os limites das comunidades baseadas nos laços de família e no parentesco do sangue...

A partir de 1800, com intervalos e bruscas alterações, o fenômeno urbano sofreu um impulso irresistível. As cidades de outrora transformaram-se em grandes cidades, as grandes cidades tomaram proporções gigantescas

e o número total de cidades se multiplicou. Embora, ao mesmo tempo, a população global tenha aumentado de modo vertiginoso, a parte da população das cidades cresceu mais depressa ainda. O fato se manifestou primeiramente na Europa. Em 1801, em todo o continente, não havia mais de 23 cidades com mais de 100 000 habitantes, agrupando menos de 2% da população da Europa. Em meados do século seu número já se elevava para 42; em 1900, eram 135 e, em 1913, 15% dos europeus moravam em cidades. Quanto às cidades de mais de 500 000 habitantes, que, na época, pareciam monstros, só existiam duas no início do século XIX: Londres e Paris. Nas vésperas da Primeira Guerra Mundial, elas já eram 149. (p. 137).

O MOVIMENTO DAS NACIONALIDADES

Com o estudo do suceder-se das correntes que delineiam a trama da história política e social do século XIX, voltamos ao eixo principal de nossa reflexão.

Depois do movimento que ia busca na ideia de liberdade seu princípio e sua energia, depois da corrente democrática, que transformou progressivamente os regimes, as sociedades, e mesmo os costumes, depois da conjunção do movimento operárioe das escolas socialistas, resta-nos examinar um quarto elemento, que não foi menos determinante. É mais difícil dar-lhe um nome, porque o termo nacionalismo, no qual, hoje, pensamos espontaneamente, é um anacronismo para a época, para os contemporâneos, que preferem usá-lo no sentido de uma doutrina política dentro das fronteiras dos países a aplicá-lo a esse movimento das nacionalidades. Usaremos, portanto, para substituí-lo, as expressões ideia nacional, sentimento nacional, movimento das nacionalidades, expressões essas que sublinham o caráter universal de um fenômeno que interessa ao mesmo tempo às ideias, aos sentimentos e às forças políticas.

RELIGIÃO E SOCIEDADE

1. A importância do fato religioso

O fato religioso, seja o que for que se pense a respeito de suas origens e de seu conteúdo, constitui um aspecto importante da vida das sociedades contemporâneas, contribuindo para especificá-las. Não é este o lugar de resolver o problema de sua natureza...

O que de fato prenderá nossa atenção não é intimidade da consciência pessoal, o conteúdo da fé, mas o fato religioso, enquanto ele ultrapassa os limites da vida particular como fenômeno social. E isso ocorre de vários modos e por motivos diversos. Primeiro, a adesão a uma crença religiosa influencia naturalmente o comportamento dos indivíduos em sociedade... Além do mais, o fato religioso comporta de ordinário uma dimensão social: ele é vivido em comunidade... a religião suscita a existência de comunidades

confessionais dentro da sociedade global e esta não pode mais ignorar o fato religioso e se desinteressar pela presença das Igrejas, assim como as Igrejas não podem ignorar que seus fiéis pertencem a uma nação e são os cidadãos ou os súditos de um Estado...

Na Europa, sob o Antigo Regime, as duas sociedades, civil e eclesial, estavam tão intimamente misturadas que suas relações afetavam todo o campo da existência social. (...)

Mapa identificando Estados novos ou restaurados por decisão do Congresso de Viena. (*Grandes Personagens da História Universal*, vol. IV, 1972, p. 892).

AS RELAÇÕES ENTRE A EUROPA E O MUNDO

Se, até agora, quase não tratamos senão do continente europeu, isso está conforme os caminhos tomados pelo desenvolvimento histórico do século XIX. Duas características concorrem para justificar que a atenção se dirija, com prioridade para os acontecimentos que se desenrolam na Europa. Por um lado, é na Europa que se realizam as mudanças mais decisivas, as que transformam a sociedade, as que modificam a existência. É também na Europa que as grandes correntes de ideias nasceram, que surgiram a revolução técnica, a transformação econômica, a experiência política, que constituem tantas forças novas. O ritmo da história aí é mais rápido, e os demais continentes, em relação à Europa, parecem imóveis, e como que adormecidos no respeito às tradições milenares...

Por outro lado, o que se passa na Europa repercute no mundo inteiro. O inverso não é verdade, pelo menos no século XIX. Além do mais, falando da Europa, somos levados a falar indiretamente dos outros continentes, na medida em que os acontecimentos da Europa tiveram repercussões na África e na América, onde a influência de sua história não se detém nos limites do continente, mas ultrapassa-os amplamente até quase todo o globo. A Europa, no século XIX, não está isolada; ela estende sua ação pelo mundo inteiro". (Rémond, 1974, p. 17/163).

"Principal teatro da vida privada, a família no século XIX fornece-lhe seus personagens e papéis principais, suas práticas e rituais, suas intrigas e conflitos. Mão invisível da sociedade civil, ela é ao mesmo tempo ninho e núcleo.

Triunfante nas doutrinas e nos discursos em que todos, dos conservadores aos libertários, louvam-na como a célula da ordem viva, a família, na verdade, é muito mais caótica e heterogênea. A família nuclear emerge penosamente de sistemas mais amplos e persistentes, que apresentam múltiplas formas de acordo com as cidades e as áreas rurais, as regiões e as tradições, os meios sociais e culturais.

Totalitária, ela pretende impor suas finalidades a seus membros, mas estes frequentemente, e cada vez mais, rebelam-se. Daí que, entre gerações, entre os sexos, entre indivíduos dispostos a escolher seus destinos, surjam tensões que alimentam seus segredos, conflitos que levam à sua eclosão. O que se acentua tanto mais na medida em ela recorre com maior frequência à justiça como árbitro de suas divergências, assim submetendo-se insidiosamente ao controle externo. A família, principalmente a família pobre, também vê sua autonomia ameaçada pela crescente intervenção do Estado, o qual, não podendo agir constantemente em nome dela, vem a ocupar seu

lugar, especialmente na gestão da criança, o ser social e o capital mais precioso.
A família certamente não esgota todas as potencialidades da vida privada, que conhece muitas outras formas e outros cenários. Mesmo assim, por razões em parte políticas, ela tende, no século XIX, a absorver todas as funções, entre as quais se incluem a sexualidade (...) familiar e a definir as regras e as normas. As instituições e as pessoas solteiras – prisões e internatos, quartéis e conventos, vagabundos e dândis, religiosas e viragos, boêmios e bandidos – são amiúde obrigadas a se definir em função dela ou em relação a suas margens. A família é o centro do qual elas constituem a periferia". (Perrot,1991, p. 91).

CONCLUSÃO

Revolucionário é uma expressão adequada para definir o século XIX. "Um dos séculos mais complexos, mais cheios que existem", na definição de Rémond. Foi o século de visibilidade de mudanças que há muito vinham sendo gestadas no seio da Europa Ocidental. Revoluções burguesas, revolução industrial, movimento das nacionalidades, movimento operário, sindicalismo, socialismo e imperialismo. Eventos que mudaram a Europa e que, por repercutirem em todo o mundo, ajudaram a consolidar o surgimento de uma História Mundial.

Escolhemos, para a abertura do curso de introdução ao estudo da Idade Contemporânea, analisar o século XIX, aqui delimitado ao período entre 1815 e 1914, indicando algumas formas de abordagens e bibliografia relativa ao tema.

RESUMO

No livro intitulado *Introdução à História Contemporânea*, Barraclough afirma que o termo "contemporâneo" é muito elástico e afirmar – como frequentemente se faz – que a História contemporânea é a história da geração que atualmente vive é uma definição nada satisfatória, pela simples razão de que as gerações se sobrepõem". Seguindo essa linha de análise optamos por fazer nessa primeira aula uma abordagem sumária de eventos que, ocorridos no século XIX, tendo como epicentro o ocidente europeu, deram visibilidade a uma nova era e ao surgimento de uma História Mundial.

Um texto com indicações das forças que, já em movimento na Europa de 1815, quando do Congresso de Viena, dáinícioaos estudos sobre o século XIX. Século que teve como marca revoluções que serão estudadas nas aulas a seguir.

ATIVIDADES

1. O que justifica a afirmação de que o século XIX foi "um dos séculos mais complexos, mas cheios que existem", um século revolucionário?
2. Indique os movimentos que, segundo Rémond, levaram à ocorrência de quatro vagas na história do século XIX.
3. Fale sobre os acontecimentos que, em diferentes áreas, constituem um painel da Europa em 1815.

PRÓXIMA AULA

Com o tema da Revolução Francesa, assunto da próxima aula, iniciaremos o estudo dos movimentos revolucionários do século XIX.

REFERÊNCIAS

BARRACLOUGH, Geoffrey. **Introdução à História Contemporânea**. Tradução de Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar, 1966.
CARVALHO. Delgado de. **História documental:** moderna e contemporânea. Rio de Janeiro: Record, 1976.
COSTA, Luís César Amad e MELLO, Leonel Itaussu A. **História Geral e do Brasil:** Da pré-história ao séculoXXI. São Paulo: Scipione, 2008.
DUROSELLE, Jean Baptiste. **A Europa de 1815 aos nossos dias:** vida política e relações internacionais. Tradução de Olívia Krahenbuhl. São Paulo: Pioneira, 1976.
FALCON, Francisco e MOURA, Gerson. **A formação do mundo contemporâneo.** Rio de Janeiro: Campus, 1985.
Grandes Personagens da História Universal. Vol. IV. São Paulo: Abril Cultural, 1972.
NERE, Jacques. **História Contemporânea**. Tradução de Octávio Mendes Cajado. Rio de Janeiro: DIFEL, 1975.
PERROT, Michelle. A família triunfante. In. PERROT, MICHELLE (org.) **História da vida privada.** Da Revolução Francesa à Primeira Guerra. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
RÉMOND, René. **O século XIX - 1815 / 1914.** Introdução à história de nosso tempo. Tradução de Frederico Pessoa de Barros. São Paulo: Cultrix, 1974.